



Projeto

Praça Verde

Horta Comunitária

Projeto

Praca Verde

Horta Comunitária

Nome: José Tércio Machado Bezerra

E-mail: joseterciomachado@hotmail.com

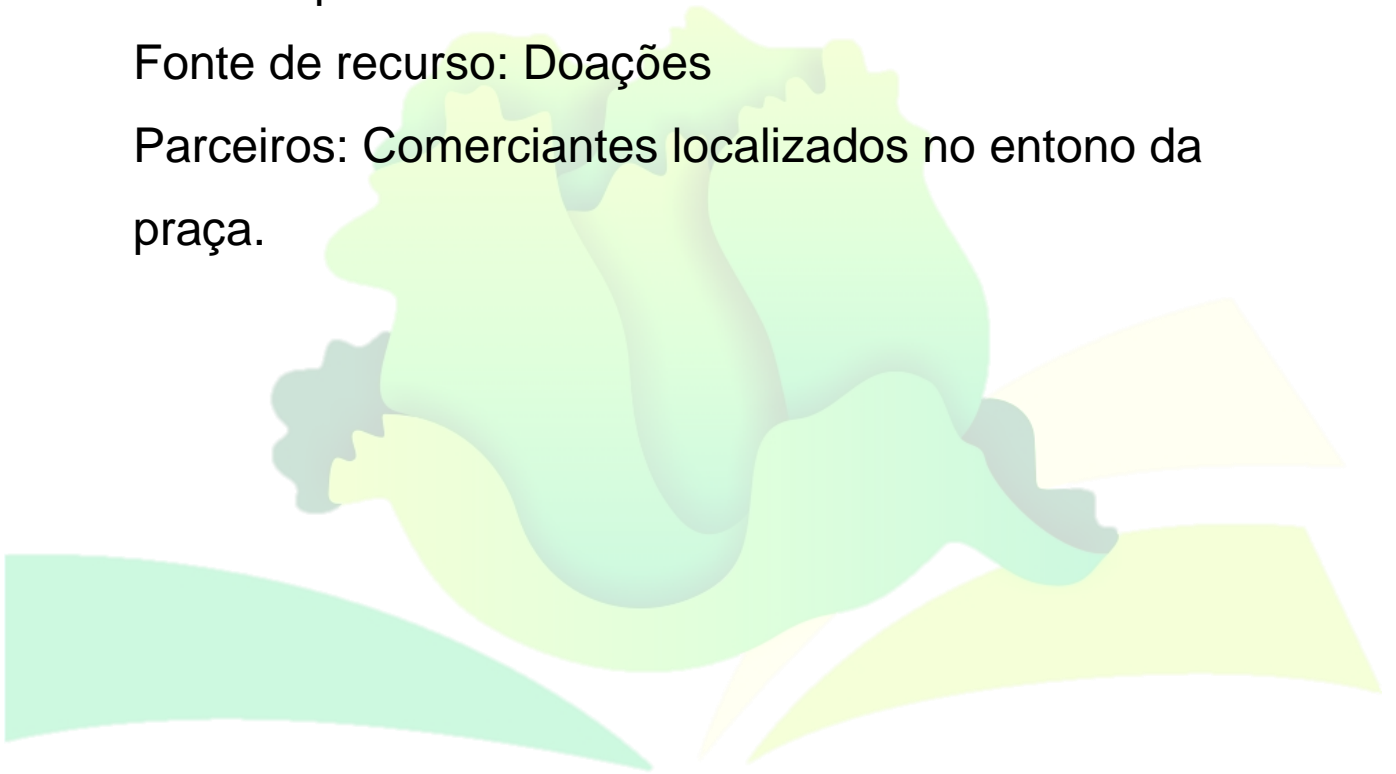
Título: Praça Verde: horta comunitária

Área de abrangência: Praça pública

Período previsto: 1 ano

Fonte de recurso: Doações

Parceiros: Comerciantes localizados no entorno da praça.



Resumo:

As hortas comunitárias permitem que famílias pobres que moram em áreas urbanas produzirem para o autoconsumo e possibilita uma consciência sobre hábitos saudáveis dentro da comunidade. As hortas comunitárias são criadas e desenvolvidas com o propósito de atender a qualidade de vida das pessoas e também para gerar renda às famílias envolvidas, sendo comum encontrar nesses locais pessoas com grau elevado de necessidades. Os resultados obtidos em hortas comunitárias têm sido satisfatórios, por atender o mercado com produtos naturais de boa qualidade, normalmente obtidos sem a utilização de agrotóxicos. As pessoas envolvidas trabalham na maior parte das vezes em regime de cooperativa, gerando renda e obtendo bons produtos da oleicultura para consumo próprio e de suas famílias.

Palavras-chave: Horta comunitária; Geração de renda; sustentabilidade.

Introdução:

A pobreza nos municípios gera um movimento entre a população que mais sofre com a desigualdade e o desemprego. Tal situação cria um ambiente propício para pessoas com o mesmo perfil sócio-econômico se associarem com um objetivo comum. Esse objetivo comum faz surgir projetos de desenvolvimento e geração de renda, alimentados pelo desejo de mudança no padrão e situação atual na vida.

O uso do processo educativo aplicado às questões ambientais fundamenta-se na ideia de que as relações do homem com a natureza começam na esfera do indivíduo. Portanto, se o comportamento do indivíduo com a natureza puder ser alterado, passando-se das ações agressivas em relação a esta para ações de integração, estar-se-á dando um importante passo rumo ao uso adequado da natureza pelo homem, portanto, rumo ao desenvolvimento sustentado.

Sabemos que muitos espaços urbanos são ociosos e degradados, a agricultura urbana pretende superar a carência nutricional das populações nelas inseridas e possibilita geração de renda das famílias inseridas no projeto. Grande parte da população atinge consideravelmente altos índices de insegurança alimentar e as hortas comunitárias têm como finalidade ocupar esses espaços e estimular novas ofertas de ocupação produtiva e ofertar alimentos com preços mais baixos para população.

As hortas comunitárias são instaladas em lotes vagos, produzindo alface, tomate, couve, espinafre, repolho, alho, rabanete, beterraba e cenoura, entre outras verduras e legumes, produzidos, na maioria dos casos, a partir dos princípios de agricultura orgânica, sem os inseticidas e fungicidas tradicionais, o que garante mais qualidade ao que é produzido. Com o tempo, as hortas recebem a participação de toda a comunidade, mesmo daqueles que não se beneficiam diretamente da produção. Muitas vezes, os vizinhos doam sementes para novos plantios e água para os produtores regarem o terreno cultivado.

Problema:

A horta comunitária possibilitará com que as famílias em seu entorno se engajem no projeto e aprendam hábitos alimentares mais saudáveis e respeito ao meio ambiente e permitirá geração de renda para comunidade.?



Justificativa:

Através da Lei n.º 11.914, de 20 de maio de 2003, que cria o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e propõe as diretrizes políticas, programas e ações voltadas ao Direito Humano à Alimentação e Nutrição, define no seu artigo 7º, atribuições à Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social de Coordenação, Integração e Articulação da Política de SANS.

A inserção do problema da fome no contexto de uma Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional implica o reconhecimento de seu caráter multidimensional e intersetorial devendo envolver necessariamente intensa articulação e ação simultânea nos diferentes campos de intervenção do Estado, entre os diferentes níveis governamentais, bem como com a sociedade.

Situações de carência alimentar tendem a repercutir diretamente sobre o nível da administração pública mais próximo do cidadão e sobre as entidades assistenciais ou caritativas locais. Além disso, o poder público local é o espaço efetivo de elaboração e gestão das políticas.

É nessa perspectiva que a implantação de Hortas Comunitárias tem como objetivo central, a produção de alimentos como um dos componentes de acesso e disponibilidade dos mesmos, sendo instrumento e forma de ação social voltada, a enfrentar as situações emergenciais de fome que afetam os chamados grupos vulneráveis (crianças, idosos, gestantes, incapacitados, etc), considerando o papel da produção, para autoconsumo familiar. As Hortas Comunitárias devem igualmente propiciar a oportunidade de trabalho e apropriação de renda, bem como ampliar e melhorar a oferta de alimentos em âmbito municipal.

As Hortas Comunitárias articulam-se com programas de abastecimento, distribuição de alimentos, comercialização, educação alimentar e nutricional, inseridas no contexto de vários programas sociais.

As Hortas Comunitárias devem sedimentar o trabalho coletivo, de forma cooperativada com a perspectiva de economia solidária, fazendo parte de

espaços de convivência social, com a realização de atividades de educação alimentar e nutricional para o consumo, para a saúde, devendo a comunidade ser necessariamente envolvida na sua gestão. Suas instalações também servirão para a capacitação de mão de obra para o setor de produção de alimentos.

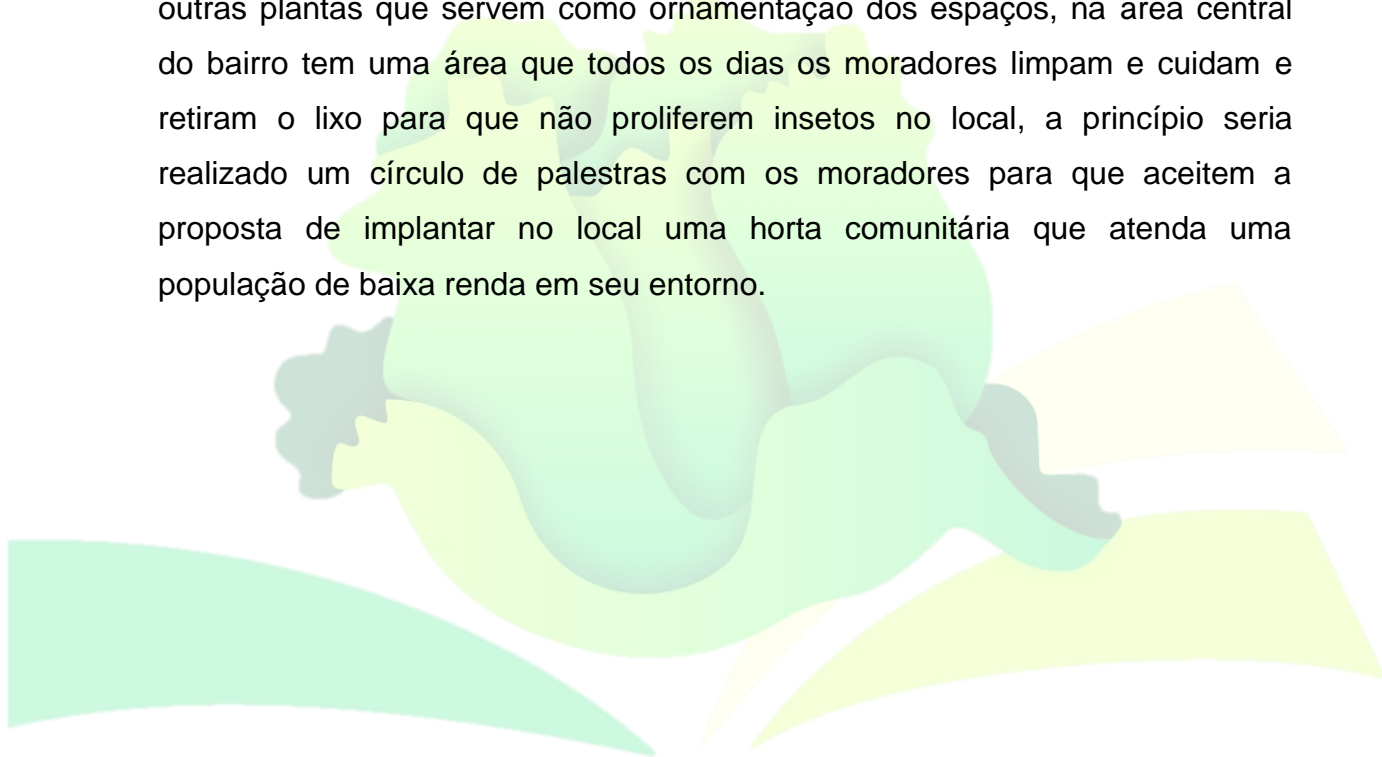


Objetivos:

- O objetivo geral do presente trabalho é analisar a implantação de hortas comunitárias como mecanismo importante de organização social e de geração de renda.
- Objetivos específicos:
 - Estudar e organizar as demandas nos municípios trabalhados e planejar estrategicamente ações. · Sensibilizar grupos de trabalho para o desafio na geração de renda. ·
 - Busca de alternativas de renda, com uma produção comunitária de olerícolas.
 - Contribuir para a organização social em comunidades carentes de municípios trabalhados.

Metodologia:

No Parque dos Coqueiros na zona Norte de Natal no Rio Grande do Norte existem muitos espaços que podem ser aproveitados para a implantação de uma horta comunitária, espaços que os moradores já limpam e cultivam outras plantas que servem como ornamentação dos espaços, na área central do bairro tem uma área que todos os dias os moradores limpam e cuidam e retiram o lixo para que não proliferem insetos no local, a princípio seria realizado um círculo de palestras com os moradores para que aceitem a proposta de implantar no local uma horta comunitária que atenda uma população de baixa renda em seu entorno.



Cronograma:

Jan	Conversar com moradores que já cuidam do espaço e incentivar para implantação da horta.
Fev	
Mar	
Abril	Elaborar material explicativo e benefícios da horta comunitária
Mai	Buscar parceiros e comerciantes próximos para incentiva-los para parcerias na implantação da horta.
Jun	
Jul	Compra de sementes e materiais
Ago	
Set	Preparar solo para plantio de mudas
Out	
Nov	Preparar canteiros para plantio das mudas
Dez	

Referências:

BRÜSEKE, Franz Josef. “O problema do desenvolvimento sustentável”, in: GOMES, Ivair. Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. Revista de Biologia e ciências da Terra, v.5, nº 1, 2004.

CAVALCANTI, Clovis. “Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos da realização econômica”, in: GOMES, Ivair. Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. Revista de Biologia e ciências da Terra, v.5, nº 1, 2004.

LOPES, F. J. R. Horta comunitária e escolar. Campinas: GDR/CEASA, 2004. 18 p.

NOLASCO, C. L. A agricultura urbana no desenvolvimento sustentável dos municípios. 166 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Curso em Gestão Ambiental em Municípios, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2004.

MERICO, L. F. K. Políticas públicas para a sustentabilidade. In: Viana, Gilney (et al). O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. p. 251-262.

BRANDENBURG, A. Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável. Curitiba: Editora UFPR, 1999.

BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 2003. p. 29-40.

MDS, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – 1 ed. – Brasília: 2009.